

VIVÊNCIAS EM SALA DE AULA DE UMA INTÉRPRETE DE LIBRAS: A MEDIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO COM ALUNOS SURDOS NA EJA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MOSSORÓ

Emily Fernandes¹

Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira²

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência, com nuances qualitativas que objetivou analisar a atuação da intérprete de Libras como mediadora da comunicação entre alunos surdos e demais sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). E como objetivos específicos: Relatar a experiência prática de uma intérprete de Libras atuante na EJA com alunos surdos em uma escola estadual de Mossoró; Identificar estratégias comunicativas utilizadas pela intérprete para favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos; e Refletir sobre os desafios e as potencialidades da mediação comunicativa realizada pela intérprete no cotidiano escolar da EJA. Os resultados indicam que a atuação do intérprete na EJA vai além da tradução linguística, exigindo sensibilidade pedagógica, domínio da Libras, conhecimento da cultura surda e articulação com a equipe escolar. Observou-se um ambiente escolar relativamente receptivo, com apoio da gestão e relações positivas entre surdos e ouvintes. As limitações encontradas incluem a ausência de propostas bilíngues consolidadas e ausência de materiais didáticos adequados. Conclui-se que o trabalho do intérprete educacional na EJA é marcado por esforço contínuo de adaptação e mediação, sendo essencial à efetivação da inclusão escolar de estudantes surdos, bem como, a garantia da formação continuada, valorização profissional e condições adequadas para o exercício dessa função.

Palavras chaves: Intérprete de Libras. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inclusão escolar. Surdez.

ABSTRACT

This article presents a qualitative experience report that aimed to analyze the role of a Libras interpreter as a mediator of communication between deaf students and other subjects in Youth and Adult Education (EJA). The specific objectives are: To report the practical experience of a Libras interpreter working in EJA with deaf students at a state school in Mossoró; To identify communication strategies used by the interpreter to support the teaching and learning process of deaf students; and To reflect on the challenges and potential of the interpreter's communicative mediation in the daily life of EJA schools. The results indicate that the interpreter's role in EJA goes beyond linguistic translation, requiring pedagogical sensitivity, mastery of Libras, knowledge of Deaf culture, and coordination with school staff. The school environment was relatively receptive, with support from management and positive relationships between deaf and hearing students. Limitations include the lack of established bilingual proposals and the lack of adequate teaching materials. It is concluded that the work of the educational interpreter in EJA is marked by a continuous effort of adaptation and mediation, being essential to the effective school inclusion of deaf students, as well as the

¹ Discente Ma. do NEAD/UFERSA (Núcleo de Ensino a Distância da Universidade Federal Rural do Semi-Árido)

² Professora Dra. do NEAD/UFERSA (Núcleo de Ensino a Distância da Universidade Federal Rural do Semi-Árido)

guarantee of continued training, professional development and adequate conditions for the exercise of this function.

Key words: Sign Language Interpreter. Youth and Adult Education (EJA). School Inclusion. Deafness.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional brasileiro tem sido uma pauta constante nas discussões sobre políticas públicas e práticas pedagógicas. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse debate adquire contornos ainda mais complexos, considerando as especificidades do público atendido e os desafios enfrentados no processo de escolarização. Entre os diversos grupos que compõem a EJA, os estudantes surdos demandam atenção especial, sobretudo no que se refere à garantia do direito à comunicação, à acessibilidade e ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Nesse contexto, a presença do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) na sala de aula torna-se elemento central para assegurar o direito à comunicação, à informação e à aprendizagem dos estudantes surdos. Atuando como mediador linguístico e cultural, esse profissional viabiliza a interação entre os alunos surdos, os professores e os demais colegas ouvintes, contribuindo significativamente para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo. A atuação do intérprete, no entanto, vai além da simples transposição de conteúdos de uma língua para outra. Ela exige sensibilidade, domínio da Libras e da Língua Portuguesa, conhecimento do contexto escolar e das práticas pedagógicas, além de uma compreensão profunda das especificidades da surdez e das demandas dos estudantes.

A presença desse profissional nas instituições de ensino é respaldada por importantes marcos legais no Brasil. A Língua Brasileira de Sinais foi oficialmente reconhecida como meio legal de comunicação e expressão por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Posteriormente, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou essa legislação, detalhando diretrizes para a formação de profissionais fluentes em Libras, a inclusão do ensino da Libras na formação docente, e a garantia de acesso à língua de sinais em espaços públicos, especialmente nos sistemas de ensino. Esses instrumentos legais representam avanços significativos na consolidação dos direitos linguísticos das pessoas surdas, promovendo sua inclusão social e educacional.

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) deve ser assegurada como meio de comunicação e expressão, garantindo o direito linguístico das pessoas surdas em diferentes contextos sociais, inclusive no ambiente escolar. Complementarmente, o artigo 22 do mesmo decreto dispõe que o Atendimento Educacional

Especializado (AEE) deve ocorrer, preferencialmente, em salas de recursos bilíngues, com a presença de profissionais qualificados em Libras e conhecedores da cultura surda. Essa orientação visa assegurar práticas pedagógicas que respeitem as especificidades linguísticas e culturais da pessoa surda, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Esses marcos legais evidenciam a importância da acessibilidade linguística no ambiente educacional, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que há uma diversidade significativa de trajetórias escolares e de necessidades educacionais. No caso dos estudantes surdos, a presença da intérprete de Libras em sala de aula constitui um elemento fundamental para garantir o acesso à comunicação, ao conhecimento e à participação plena nas atividades escolares. Mais do que uma tradutora, a intérprete atua como ponte entre dois universos linguísticos e culturais, desempenhando um papel de mediação que influencia diretamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A presente pesquisa nasce da vivência e compreensão no que se refere à inclusão de estudantes surdos. A autora, com sete anos de atuação como intérprete de Libras em todos os níveis de ensino, traz consigo uma bagagem prática significativa inclusive no contexto da EJA. Essa trajetória profissional permitiu identificar lacunas e desafios recorrentes no processo de mediação da comunicação entre os alunos surdos e os demais sujeitos escolares e interesse pela temática. Diante disso, surge a seguinte pergunta-problema: Como ocorre a mediação da comunicação com alunos surdos na EJA? E é por compreender tão bem esse universo, considerando a atuação profissional da autora que tem experiência na área por 07 anos como profissional intérprete de Libras, que veio a indagação: Como ocorre a mediação da comunicação com alunos surdos na EJA?

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a atuação da intérprete de Libras como mediadora da comunicação entre alunos surdos e demais sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). E como objetivos específicos: Relatar a experiência prática de uma intérprete de Libras atuante na EJA com alunos surdos em uma escola estadual de Mossoró; Identificar estratégias comunicativas utilizadas pela intérprete para favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos; e Refletir sobre os desafios e as potencialidades da mediação comunicativa realizada pela intérprete no cotidiano escolar da EJA.

Desse modo, a como trata-se de um relato de experiência, com nuances qualitativas, foi possível compreender, por meio do olhar da intérprete de Libras, as práticas, desafios e percepções relacionados à sua atuação como mediadora da comunicação com alunos surdos no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que a abordagem

qualitativa permite explorar de forma aprofundada as experiências e significados atribuídos pela participante à sua vivência profissional em um ambiente educacional inclusivo.

Para a produção dos dados, foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada, composta por 11 perguntas abertas, utilizando o gravador do celular para coletar as informações, possibilitando que a participante expresse com liberdade suas experiências, sentimentos e reflexões no momento da entrevista. Assim, as análises das respostas deram-se por meio da análise do discurso da intérprete pesquisada, que foi uma intérprete de Libras atuante em uma escola estadual no município de Mossoró, onde acompanha alunos surdos inseridos na EJA. O roteiro da entrevista contemplou questões relacionadas ao seu perfil profissional, formação, estratégias comunicativas utilizadas, relação com os professores e alunos, além dos principais desafios e potencialidades percebidos em sua prática cotidiana.

Este artigo está organizado em seis seções. A primeira é a Introdução, que apresenta a contextualização do tema, os objetivos da pesquisa, a justificativa, a delimitação do estudo e a pergunta-problema. A segunda seção trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), abordando seu histórico, os fundamentos legais e os desafios enfrentados, com ênfase na inclusão de alunos surdos. Em seguida, a terceira seção discute a Educação de Surdos no Brasil, destacando a perspectiva bilíngue, as políticas públicas e as práticas pedagógicas inclusivas. A quarta seção analisa a atuação do intérprete de Libras no contexto educacional, abordando sua formação, atribuições e os desafios específicos enfrentados na EJA, com foco na mediação comunicativa como instrumento de inclusão. A quinta seção é dedicada à análise das vivências da intérprete de Libras na EJA, apresentando os procedimentos metodológicos, o relato e a análise das experiências profissionais da autora, e as contribuições observadas da mediação comunicacional para o processo de inclusão. Por fim, a sexta seção traz as considerações finais, que sintetizam os principais achados da pesquisa e apontam possíveis encaminhamentos para estudos futuros.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO-EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-Lei nº 9.394/1996), destinada a pessoas que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou não permaneceram na educação básica na idade considerada ideal. Essa modalidade educacional assume-se como um direito fundamental e uma política pública estratégica para enfrentar e superar desigualdades sociais e educacionais historicamente arraigadas na sociedade brasileira, promovendo a inclusão e a valorização dos sujeitos adultos e jovens.

Para além de sua função compensatória, a EJA deve ser compreendida como um espaço de resistência e reconstrução da cidadania desses sujeitos, considerando suas trajetórias de vida, saberes e contextos. Nesse sentido, Arroyo (2005) destaca a necessidade de uma compreensão ampliada da EJA, afirmando que:

O que caracteriza os sujeitos da EJA é que são portadores de histórias de vida e de trabalho, carregam a marca das lutas pela sobrevivência e pelo direito de aprender. São sujeitos que enfrentam cotidianamente processos de exclusão, e, ao buscarem a escola, reivindicam o direito à palavra, ao saber e à cidadania. Esses sujeitos requerem uma escola que reconheça suas experiências e legitime seus saberes. (ARROYO, 2005, p. 35)

Essa perspectiva de Arroyo (2005), amplia a compreensão do papel da Educação de Jovens e Adultos, evidenciando a necessidade de uma prática pedagógica que valorize não apenas o aprendizado formal, mas também as experiências e trajetórias pessoais dos estudantes, reconhecendo a diversidade de seus saberes e contextos de vida. Nesse sentido, Paiva (2003) reforça a importância de um olhar humanizado e flexível por parte dos educadores, destacando que:

O perfil dos estudantes da EJA é marcado por sua heterogeneidade, que inclui diferenças de idade, escolaridade, experiências de trabalho e responsabilidades sociais. Essa diversidade exige dos profissionais da educação uma postura que respeite os tempos e ritmos de aprendizagem, valorizando os saberes que esses sujeitos trazem consigo e promovendo uma educação contextualizada e significativa. (PAIVA, 2003, p. 48)

Dessa forma, a EJA deve configurar-se como um espaço de acolhimento e valorização das experiências dos educandos, promovendo práticas pedagógicas alinhadas com suas realidades. Entretanto, apesar do avanço das políticas públicas que garantem a oferta e a qualidade da EJA como direito constitucional, sua efetivação ainda enfrenta desafios expressivos, especialmente no que se refere à infraestrutura, à formação docente e à adequação dos materiais didáticos. Silva (2020) observa que:

A maioria das propostas de EJA ainda está ancorada em uma lógica escolar tradicional, desconectada das realidades e das necessidades dos estudantes. É comum vermos conteúdos descontextualizados, metodologias pouco participativas e uma falta de formação específica dos profissionais envolvidos. Assim, a EJA muitas vezes não consegue cumprir sua função emancipadora. (SILVA, 2020, p. 222)

Para a autora, é imprescindível repensar a EJA a partir de uma perspectiva crítica, dialógica e inclusiva, que vá além da alfabetização para formar sujeitos conscientes de seus direitos e capazes de atuar na transformação social.

Portanto, compreender os fundamentos e desafios da EJA é fundamental para todos os profissionais envolvidos nesse processo, inclusive os intérpretes de Libras, cuja

atuação na mediação linguística e cultural entre estudantes surdos e a comunidade escolar é imprescindível. O trabalho desses profissionais deve levar em conta não apenas a língua de sinais, mas também o contexto social e pedagógico dos alunos que acessam essa modalidade educacional. Assim, a baixo elucidaremos a luz da regulamentação vigente, como a educação de surdos no Brasil vem sendo compreendida.

3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: PERSPECTIVAS BILÍNGUES

A forma como a surdez é percebida socialmente passou por profundas transformações ao longo da história. Em tempos passados, as pessoas surdas eram frequentemente vistas sob uma perspectiva pejorativa, sendo rotuladas como incapazes, mentalmente comprometidas ou mesmo como “doidas”, o que resultava em sua exclusão dos espaços educacionais e sociais. Essa visão patologizante e discriminatória, centrada na deficiência, negava aos surdos o direito à linguagem, à aprendizagem e à participação plena na sociedade.

Com o avanço dos estudos na área da educação e das lutas por direitos das pessoas com deficiência, essa percepção começou a se modificar. A surdez passou a ser compreendida como uma diferença sensorial e linguística, e não mais como uma deficiência a ser corrigida. Nesse novo paradigma, emerge o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua natural da comunidade surda, o que impulsiona políticas públicas voltadas à sua valorização e à construção de práticas educacionais inclusivas.

Nesse contexto, a educação bilíngue para surdos se fundamenta no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e do português como segunda língua, promovendo a aprendizagem integrada em ambas. Fernandes (2006) destaca a importância desse reconhecimento, afirmando que:

A educação bilíngue valoriza a identidade cultural e linguística dos surdos, entendendo a Libras não apenas como um instrumento de comunicação, mas como um elemento central da construção social e educacional do sujeito surdo. A inclusão efetiva depende da valorização das duas línguas, reconhecendo a Libras como língua legítima e portadora de uma cultura rica e própria. (FERNANDES, 2006, p. 45)

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão representou um avanço significativo nas políticas de inclusão da comunidade surda no Brasil. Esse marco foi estabelecido pela Lei nº 10.436 de 2002, e regulamentado pelo Decreto nº 5.626, de 2005, garantindo à Libras o status de língua legítima e oficializando seu uso nos espaços educacionais, institucionais e sociais. Essa conquista legal

e simbólica refletiu uma mudança de paradigma: da visão da surdez como deficiência à valorização da diferença linguística e cultural. Nesse sentido, Skliar (1998) observa que:

O reconhecimento da Libras como língua oficial constitui um marco histórico para a comunidade surda, pois legitima a cultura e os direitos linguísticos dos surdos em um país historicamente marcado pela oralização e exclusão. Esta medida abre caminho para que os surdos sejam vistos não como deficientes, mas como membros de uma comunidade linguística e cultural distinta, o que desafia a visão tradicional da surdez como limitação. (SKLIAR, 1998, p. 67)

Mas recentemente, a promulgação Lei nº 14.191, de 2021, representa um marco importante na consolidação dos direitos linguísticos da comunidade surda ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituindo a Educação Bilíngue de Surdos como uma modalidade de ensino autônoma e distinta da educação especial. Essa mudança atende a uma antiga demanda do movimento surdo brasileiro, que defende uma proposta educacional centrada no bilinguismo com a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda. Karnopp (2010) destaca a relevância dessa separação, pois reconhece a singularidade linguística e cultural dos surdos e reforça a necessidade de práticas pedagógicas específicas. A autora argumenta que:

A oficialização da educação bilíngue de surdos representa um avanço no reconhecimento das necessidades educativas e linguísticas específicas, promovendo uma educação que respeita e valoriza as diferenças culturais e linguísticas. Essa nova configuração possibilita que os surdos tenham acesso a um currículo adequado às suas características, rompendo com práticas de exclusão e insuficiência pedagógica. (KARNOPP, 2010, p. 112).

Contudo, o reconhecimento legal da educação bilíngue para surdos, embora significativo, não garante por si só a efetivação de práticas educacionais inclusivas e coerentes com as necessidades dos estudantes surdos. A implementação nas escolas ainda esbarra em diversas barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais. Strobel (2008) chama a atenção para essas dificuldades no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à ausência de recursos adequados, à falta de formação específica dos profissionais e à resistência institucional em adotar práticas bilíngues efetivas. A autora destaca que:

A escola ainda não está preparada para receber o aluno surdo como sujeito bilíngue. Os currículos não contemplam as especificidades linguísticas e culturais desses estudantes, e os professores, muitas vezes, não estão habilitados a atuar em contextos de educação bilíngue. Isso gera uma série de dificuldades para a consolidação de um ensino verdadeiramente inclusivo e equitativo. (STROBEL, 2008, p. 57)

Nesse cenário, a atuação do intérprete de Libras no ambiente escolar se mostra indispensável. Esse profissional atua como elo entre o aluno surdo, seus colegas e os professores, garantindo o acesso ao conteúdo pedagógico e a participação plena nas atividades

escolares. Quadros e Schmiedt (2006) reforçam a relevância dessa atuação ao afirmarem que:

O intérprete de Língua de Sinais é um profissional que vai muito além da simples tradução verbal. Ele atua como mediador comunicacional, facilitando a interação e o entendimento entre sujeitos que utilizam línguas e culturas diferentes, promovendo assim a inclusão escolar e social dos surdos. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 23).

Assim, o panorama da educação bilíngue para surdos no Brasil é marcado por importantes conquistas legais, mas ainda permeado por desafios práticos e pedagógicos que demandam esforços contínuos para assegurar o direito à educação de qualidade para essa população, como apontaremos a seguir.

4 O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

O intérprete educacional de Libras exerce um papel central no processo de inclusão escolar, especialmente ao atuar como ponte linguística e cultural entre alunos surdos, professores e colegas ouvintes. Sua presença em sala de aula é fundamental para garantir o acesso equitativo ao currículo, à comunicação e às interações escolares, respeitando a diferença linguística dos estudantes surdos e colaborando com a construção de um ambiente educacional mais inclusivo. Dessa forma, é preciso compreender que a atuação desse profissional vai além da simples tradução linguística ela envolve mediação, interpretação cultural e sensibilidade pedagógica. Sobre essa função essencial, Quadros e Schmiedt (2006) destacam que:

O intérprete educacional assume uma função mediadora no contexto escolar, sendo responsável por garantir a acessibilidade linguística aos alunos surdos, sem, contudo, substituir a atuação pedagógica do professor. Sua presença deve assegurar a participação ativa do aluno surdo nas atividades escolares, promovendo sua autonomia e valorizando sua identidade linguística e cultural. (QUADROS E SCHMIEDT, 2006, p. 39)

A formação do intérprete educacional de Libras é um aspecto central para garantir uma atuação qualificada e sensível às complexidades do contexto escolar. Esse profissional não pode se limitar ao domínio técnico da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da língua portuguesa; é necessário que ele compreenda os processos pedagógicos, os princípios da inclusão e as especificidades da educação de surdos. Isso exige uma formação ampla, que considere aspectos linguísticos, culturais e educacionais, a fim de assegurar uma mediação comunicativa efetiva e ética. Nesse sentido, Lacerda (2012) enfatiza:

A atuação do intérprete educacional não pode ser reduzida a uma mera transposição de códigos linguísticos. É imprescindível que esse profissional conheça o funcionamento da escola, compreenda os objetivos pedagógicos das atividades escolares e tenha sensibilidade para mediar as relações entre os diferentes sujeitos do processo educativo, especialmente em contextos em que o aluno surdo encontra-se

em desvantagem linguística e cultural. A formação, portanto, deve contemplar dimensões éticas, pedagógicas e sociais, a fim de qualificar sua prática e contribuir efetivamente para a inclusão escolar. (LACERDA, 2012, p. 58)

Essa perspectiva reforça a necessidade de uma abordagem formativa mais crítica e contextualizada, que prepare o intérprete para lidar com os desafios reais da escola e para atuar de forma colaborativa com professores e demais profissionais da educação. A atuação do intérprete não deve ser limitada a uma função mecânica de tradução, mas compreendida como parte integrante do processo pedagógico e do desenvolvimento da aprendizagem do estudante surdo.

Moura (2010) amplia essa discussão ao destacar o papel ativo do intérprete, que deve estar comprometido com os objetivos educacionais e atento às necessidades comunicativas dos alunos. Segundo a autora:

O intérprete de Libras em contexto educacional não pode atuar apenas como um tradutor-intérprete de discursos prontos. Ele deve compreender os conteúdos, os objetivos das atividades pedagógicas e participar de forma articulada ao processo de ensino-aprendizagem. Sua atuação exige postura ética, domínio linguístico e, sobretudo, sensibilidade para perceber quando sua mediação favorece ou dificulta a aprendizagem do aluno surdo. (MOURA, 2010, p. 63)

Esse entendimento fortalece a concepção do intérprete como um agente educacional, cuja presença e atuação impactam diretamente a construção de um ambiente escolar inclusivo e equitativo. No entanto, apesar da relevância desse papel, ainda persistem desafios significativos que comprometem a efetividade dessa atuação nas escolas. Questões como a ausência de políticas institucionais claras, a falta de integração entre os profissionais da educação e o desconhecimento sobre as atribuições do intérprete acabam por limitar sua atuação. Costa (2014), nos convida a reflexão quando alerta para os entraves enfrentados por esses profissionais, destacando:

Apesar de sua importância no processo de inclusão, os intérpretes educacionais de Libras ainda enfrentam dificuldades institucionais, como a falta de planejamento pedagógico conjunto com os professores, ausência de espaços de formação continuada e o pouco reconhecimento de sua função como parte do corpo docente escolar. (COSTA, 2014, p. 79)

Essa constatação prova a urgência de medidas que valorizem o papel do intérprete no contexto educacional, reconhecendo-o como um profissional essencial para a garantia do direito à educação de qualidade para os estudantes surdos. Entretanto, para que essa atuação seja realmente eficaz, é imprescindível que haja um trabalho colaborativo entre o intérprete e os demais agentes da escola, especialmente o professor regente.

A mediação comunicacional não deve ser compreendida como um processo isolado, mas como parte integrante do planejamento pedagógico e da construção de um

ambiente de ensino acessível e equitativo. Nesse sentido, Strobel (2009) enfatiza a importância dessa parceria ao afirmar que: “A colaboração entre intérprete e professor é fundamental para o planejamento e desenvolvimento das atividades pedagógicas, pois permite a adaptação dos conteúdos e estratégias que atendam às necessidades específicas dos estudantes surdos, tornando a inclusão uma prática efetiva.” (STROBEL, 2009, p. 63). Essa perspectiva resplandece que a inclusão de estudantes surdos na EJA, especialmente em escolas públicas, exige uma articulação consciente e contínua entre os profissionais envolvidos, de modo a garantir não apenas o acesso à informação, mas também a participação ativa no processo de ensino-aprendizagem.

5 ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS DA INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EJA

Nesta seção, são apresentados os dados coletados por meio das entrevistas e observações realizadas ao longo da pesquisa. A entrevista foi estruturada com um roteiro semiestruturado contendo 11 (onze) perguntas, cuidadosamente elaboradas para explorar diferentes dimensões da experiência profissional da participante. Essas perguntas abordaram aspectos que vão desde o perfil e formação da intérprete até suas práticas cotidianas e desafios enfrentados no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Antes de apresentar a análise propriamente dita, é importante contextualizar o espaço onde a investigação foi conduzida: O Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Professor Alfredo Simonetti³, localizado no município de Mossoró/RN.

A instituição é voltada especificamente para o atendimento de jovens e adultos e possui uma trajetória consolidada na educação pública. Foi inaugurada em junho de 1978 pelo então governador Dr. Tarcísio Maia, com o professor João Faustino Ferreira Neto ocupando o cargo de Secretário de Educação. Posteriormente, foi oficialmente instituída por meio do Decreto nº 7.707, de 5 de outubro de 1979, durante a gestão do governador Lavoisier Maia Sobrinho, inicialmente ofertando o ensino de 1º grau. Com o Decreto nº 9.008, de 13 de julho de 1984, passou também a oferecer o ensino de 2º grau.

A primeira gestora da instituição foi a professora Gleide Mirian Leite de Macedo, responsável por sua organização inicial. Atualmente, a escola é dirigida pela professora Maria Elizabeth Ferreira, que dá continuidade ao compromisso da instituição com a educação inclusiva e com a formação integral dos jovens e adultos da região.

Atualmente a instituição possui 580 alunos distribuído nos 3 turnos, sendo 12

³ CEJA Professor Alfredo Simonetti: página inicial. CEJA-Mossoró. Google Sites, [s.d.]. Disponível em: <https://sites.google.com/view/ceja-mossoro/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 25 jul. 2025.

alunos com deficiência. Dentre os quais, 6 são surdos. E é esse o universo a quem esse estudo se direciona. Para tanto, a seguir, analisaremos as vivências relatadas e observadas, com ênfase na atuação da intérprete de Libras e na mediação comunicacional com os alunos surdos no contexto da EJA.

A primeira pergunta da entrevista teve como objetivo levantar informações que possibilitassem compreender o perfil acadêmico e profissional da intérprete. E a indagação foi acerca de qual era a formação acadêmica da profissional, e em que momento iniciou sua atuação como intérprete de Libras. E a entrevistada afirma que:

Minha formação acadêmica inclui a primeira graduação em Letras – Inglês pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a segunda graduação em Letras – Libras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sou especialista em Libras pela Faculdade Nossa Senhora das Vitórias e também possuo especialização em Sala de Recursos Multifuncionais. Recentemente, concluí o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), por meio do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). Minha atuação como intérprete de Libras teve início após a conclusão dos cursos básicos de Libras oferecidos pela UERN e pelo CAS/Mossoró, bem como da formação específica para intérprete de Libras nessas mesmas instituições. No entanto, minha primeira experiência prática ocorreu no contexto da Igreja Católica, onde realizei um curso de sinais religiosos e passei a atuar como intérprete voluntária na Pastoral do Surdo. Posteriormente, comecei a participar dos processos seletivos promovidos pela 12ª DIREC de Mossoró, passando a atuar como intérprete educacional. Enquanto trabalhava nessa função, continuei me especializando na área por meio de cursos técnicos e formações complementares, sempre buscando aprimoramento profissional (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025)

A resposta da intérprete salienta uma trajetória formativa sólida e diversificada, marcada por uma constante busca por qualificação profissional, o que reflete um compromisso ético com a inclusão e a acessibilidade comunicacional. Sua formação acadêmica inclui duas graduações: uma em Letras–Inglês e outra em Letras–Libras. Além de especializações em Libras e em Sala de Recursos Multifuncionais, culminando recentemente com a conclusão de um Mestrado Profissional em Educação Inclusiva.

Esses dados reforçam o que autores como Quadros e Schmiedt (2006) apontam sobre a importância da formação específica e contínua dos profissionais que atuam na mediação comunicacional com pessoas surdas, especialmente em contextos educacionais inclusivos. A presença de múltiplas formações e atualizações demonstra o entendimento da entrevistada de que a atuação do intérprete vai além da mera tradução linguística, exigindo compreensão pedagógica, ética profissional e sensibilidade sociocultural.

Por fim, ao mencionar sua participação nos processos seletivos da 12ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura) de Mossoró e seu ingresso como intérprete educacional, a entrevistada aponta para o reconhecimento institucional da sua função. No

entanto, a continuidade das formações técnicas mesmo após sua inserção no sistema educacional prova a lacuna ainda existente entre formação inicial e prática profissional, apontada por diversos estudos (COSTA, 2014; STROBEL, 2009).

Dessa forma, a análise desse primeiro relato permite perceber não apenas o percurso formativo da intérprete, mas também os sentidos que ela atribui à sua atuação, revelando uma profissional em constante construção e reflexão sobre o papel do intérprete na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua função como agente de mediação entre culturas e línguas.

A segunda pergunta da entrevista teve como objetivo identificar o tempo de atuação da intérprete de Libras no contexto educacional, com ênfase na sua experiência junto à Educação de Jovens e Adultos (EJA). A questão formulada foi acerca do tempo em que trabalhava como intérprete no contexto educacional e, especificamente, na EJA, bem como ainda questionamos se ela já havia atuado em outros níveis de ensino além da EJA, e caso a resposta fosse positiva que ela pudesse elencar quais. Assim, a entrevistada informou que atua há dez anos como intérprete educacional, sendo esse também o período em que desenvolve suas atividades na Escola Estadual CEJA Professor Alfredo Simonetti, localizada em Mossoró/RN. Sua atuação é voltada para a mediação comunicacional entre docentes e estudantes surdos no âmbito da EJA, o que lhe conferiu uma vivência consolidada e contínua nesse campo específico da educação inclusiva.

Além da EJA, a intérprete relatou experiências em outros níveis de ensino, como o ensino médio regular (2º e 3º ano) em uma escola pública, além de ter atuado em cursinhos preparatórios para o ENEM. Essa diversidade de contextos reforça sua versatilidade profissional e seu compromisso com a acessibilidade educacional em diferentes etapas da escolarização.

A experiência acumulada em distintas modalidades de ensino contribui para o desenvolvimento de uma prática interpretativa mais flexível e sensível às necessidades dos alunos surdos, considerando as especificidades linguísticas, cognitivas e sociais que caracterizam cada nível de ensino. No caso da EJA, essa bagagem é especialmente relevante, tendo em vista os desafios adicionais enfrentados por estudantes com trajetórias educacionais descontinuadas e múltiplas vulnerabilidades.

A terceira pergunta da entrevista teve como objetivo compreender se a intérprete participou de formações continuadas voltadas especificamente para sua atuação no contexto escolar. A resposta fornecida pela intérprete foi a seguinte: “Sim, sempre. Quando tem participo. Fiz curso de interprete na UERN e CAS. E de formações para interprete

educacional promovidos pela 12ª direc de Mossoró. Além dos cursos online EaD sobre essa linha interpretativa.” (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025). A profissional afirmou que busca participar continuamente de formações voltadas para a prática interpretativa em ambientes educacionais. Ela relatou ter realizado cursos de formação para intérprete de Libras na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e no Centro de Apoio ao Surdo (CAS) de Mossoró. Além disso, destacou sua participação em formações promovidas pela 12ª DIREC, voltadas especificamente para intérpretes educacionais.

A entrevistada também mencionou a realização de cursos online (EaD) na área de interpretação educacional, o que demonstra sua disposição contínua para o aprimoramento profissional. Essa postura prova o compromisso com a qualificação permanente, considerada essencial para acompanhar as mudanças nas práticas pedagógicas, nas políticas educacionais e nas demandas linguísticas dos estudantes surdos.

Conforme apontam Quadros (2004) e Lacerda (2012), a formação continuada do intérprete é um elemento-chave para assegurar uma mediação comunicacional ética, eficaz e sensível às especificidades do contexto escolar. A busca por qualificação constante contribui diretamente para a melhoria da qualidade da educação inclusiva.

A quarta pergunta da entrevista teve como propósito compreender a rotina profissional da intérprete de Libras no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como identificar suas principais atribuições em sala de aula. E a resposta dada pela participante foi:

Minha rotina se dá no turno matutino, das 7h às 11h30, de segunda a sexta-feira. Já atuei como intérprete em todos os níveis da EJA, desde os anos iniciais até o ensino médio. Atualmente, estou lotada nos anos iniciais. Minha principal atribuição é realizar a mediação comunicacional entre o professor, o aluno e os colegas de classe. Também atuo na mediação com os demais professores, colegas e funcionários da escola. Após o planejamento feito pelo professor, ele nos repassa o conteúdo, e, quando necessário, realizamos adequações visuais e em Língua de Sinais. Eu sinalizo o conteúdo e utilizo imagens para complementar e enriquecer as aulas do professor. (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025)

A rotina relatada pela intérprete revela uma prática coerente com o que estabelece o Decreto nº 5.626/2005, especialmente no que se refere à atuação do profissional de tradução e interpretação de Libras em contextos educacionais. De acordo com o artigo 4º do Decreto, “a Libras deve ser garantida como meio de comunicação e expressão, em processos educacionais em que haja estudantes surdos ou com deficiência auditiva”, o que implica diretamente na presença do intérprete de Libras como elemento fundamental para assegurar a acessibilidade e a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

A atuação da intérprete não se limita à tradução linguística, mas envolve também

ações de mediação didático-pedagógica, como a adaptação visual de conteúdos e o uso de imagens para auxiliar na construção do conhecimento. Além da mediação linguística em sala de aula, a entrevistada participa ativamente da adaptação de conteúdos pedagógicos, a partir do planejamento repassado pelos docentes. Essa prática indica uma atuação que ultrapassa a mera tradução linguística, demonstrando um comprometimento com o processo de ensino-aprendizagem e com a acessibilidade didática. O uso de recursos visuais, como imagens, associado à Língua de Sinais, reforça estratégias multimodais de ensino, fundamentais para a aprendizagem de estudantes surdos (QUADROS, 2004; LACERDA, 2012).

Além disso, a prática da profissional entrevistada também está em consonância com o artigo 22, que prevê que o trabalho do intérprete de Libras deve ocorrer “em todos os níveis e modalidades de ensino”, o que inclui, portanto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sua atuação nos diferentes níveis da EJA demonstra a amplitude de sua experiência e reforça a necessidade de intérpretes qualificados e familiarizados com as diferentes etapas da escolarização de estudantes surdos.

Na sequência da entrevista, buscou-se investigar as práticas adotadas pela intérprete de Libras no que se refere à facilitação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos. Para isso, foi perguntado quais estratégias comunicativas a profissional utilizava para facilitar a compreensão dos conteúdos pelos alunos surdos. E ela afirma:

As estratégias comunicativas que utilizo em sala de aula são, principalmente, visuais, tendo a Língua de Sinais como prioridade. Quando temos um aluno que ainda não domina a Língua de Sinais, priorizo a alfabetização e o letramento. Utilizo o alfabeto móvel em Libras e o projetor para exibir imagens. Aproveito o conhecimento de mundo do estudante surdo para envolvê-lo no ato comunicativo. Além disso, utilizo materiais didáticos que produzo pessoalmente ou, quando disponíveis, os que encontro no CAS Mossoró, como vídeos postados na internet, que me auxiliam bastante. O CAS é um excelente apoio na produção de materiais visuais. Já utilizei, por exemplo, um vídeo produzido pelo CAS sobre zona urbana e zona rural, que achei muito interessante. (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025)

A resposta da intérprete revela um conjunto diversificado de estratégias comunicativas, com ênfase no caráter visual, fundamental para o ensino de estudantes surdos. A priorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação está em consonância com as diretrizes legais e educacionais que reconhecem a Libras como língua natural da comunidade surda, sendo essencial para garantir a acessibilidade e a inclusão (BRASIL, 2005).

Ao destacar a prioridade para a alfabetização e o letramento em casos de alunos que ainda não dominam a Libras, a intérprete demonstra sensibilidade às necessidades específicas desses estudantes, adotando uma abordagem que valoriza tanto a aquisição da

língua de sinais quanto o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, elementos fundamentais para a plena inclusão escolar.

O uso de recursos visuais, como o alfabeto móvel, projetor e vídeos, especialmente os produzidos por instituições de apoio como o CAS Mossoró, esplandece uma prática pedagógica multimodal que enriquece o processo de aprendizagem. Além disso, o reconhecimento e a valorização do conhecimento de mundo do estudante surdo indicam uma prática pedagógica inclusiva e contextualizada, que respeita as experiências e vivências dos alunos, facilitando a mediação comunicacional e o engajamento no processo educativo.

Portanto, a atuação da intérprete, conforme relatado, está alinhada às melhores práticas para a promoção da acessibilidade linguística e educacional, evidenciando um compromisso com a qualidade da mediação comunicativa e o sucesso da inclusão escolar.

Para aprofundar a compreensão das especificidades do trabalho do intérprete no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi formulada uma questão acerca das adaptações necessárias na sua prática de interpretação para atender às necessidades do público da EJA, e a pesquisada diz:

Primeiramente, acredito que deveríamos pensar em uma EJA bilíngue. Apesar de essa modalidade ainda não estar plenamente implementada, e considerando a urgência dos estudantes surdos que precisam concluir seus estudos, é necessário pensar em metodologias e didáticas específicas para a educação de surdos. Sabemos que a EJA não está preparada para atender totalmente essa demanda, pois oferece apenas o intérprete de Libras, e sabemos que o intérprete é apenas uma das várias possibilidades de inclusão. Por isso, enfrentamos o desafio de atender o surdo na EJA sob a perspectiva bilíngue, em uma estrutura educacional projetada para ouvintes. Dessa forma, não penso que seja suficiente apenas adaptar materiais ou métodos já existentes. É preciso construir metodologias e didáticas próprias para os surdos na EJA. Infelizmente, ainda se realizam muitas adaptações simplistas. Sempre que possível, procuro evitar essas adaptações e utilizar estratégias específicas da educação de surdos, focadas na perspectiva visual. Contudo, ainda falta material didático específico para a EJA nesse contexto. (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025)

A fala notabiliza uma visão crítica e propositiva sobre os desafios enfrentados pelo intérprete de Libras no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no que tange à população surda. A resposta ressalta que, na prática, essa modalidade ainda não está efetivamente implementada nas instituições de ensino, o que acarreta lacunas significativas no atendimento a estudantes surdos principalmente na EJA, onde a oferta educacional segue uma lógica majoritariamente voltada para ouvintes. Isso revela uma incompatibilidade entre a política educacional vigente e a realidade escolar, especialmente no que diz respeito às condições para a efetivação do direito à educação inclusiva.

A entrevistada também problematiza a centralização do papel do intérprete como único recurso de acessibilidade. Ao afirmar que "o intérprete é apenas uma das várias

possibilidades de inclusão", evidencia-se uma crítica à concepção reducionista de inclusão, muitas vezes restrita à presença do profissional de Libras em sala, sem considerar o conjunto de práticas pedagógicas, materiais e linguagens que deveriam compor uma proposta verdadeiramente bilíngue.

Outro ponto importante é o reposicionamento do papel do intérprete, que, para além da tradução, assume uma postura reflexiva sobre as práticas educacionais e busca colaborar na construção de metodologias próprias para o ensino de surdos. A entrevistada destaca a necessidade de práticas pedagógicas visuais, que estejam alinhadas à especificidade linguística e cultural do estudante surdo algo que exige mais do que a mera "adaptação" de conteúdos. Assim, ela se distancia de uma abordagem integracionista e aponta para uma perspectiva bilíngue e bicultural de educação.

Por fim, a falta de materiais didáticos específicos para a EJA voltada a surdos é apontada como um entrave real e cotidiano, o que reforça a necessidade urgente de investimento em produção de recursos pedagógicos bilíngues, bem como de formação continuada de professores e intérpretes.

Para compreender melhor como ocorre o planejamento do trabalho do intérprete educacional e as estratégias que favorecem a mediação entre professores e alunos surdos, é importante considerar os momentos que antecedem as aulas. Nesse sentido, buscou-se investigar se há articulação entre o intérprete e os docentes responsáveis pelas disciplinas. Assim, foi formulada uma pergunta que pudesse elucidar como se dar a preparação prévia com os professores sobre os conteúdos que serão abordados. E em sua resposta, já é possível identificar alguns entraves: “A luta é a busca pelo plano de aula antecipadamente. Tento como o professor regente. Quando possível ocorre sim.” (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025).

A resposta da intérprete evidencia uma fragilidade na articulação entre o profissional de Libras e os docentes, especialmente no que diz respeito ao planejamento antecipado das aulas. Isso está diretamente relacionado ao que Quadros (2004) aponta sobre a importância da preparação prévia do intérprete educacional, que precisa ter acesso ao conteúdo, objetivos e estratégias das aulas para garantir uma mediação linguística eficaz. Segundo Fernandes (2016), o intérprete de Libras na educação básica atua como mediador linguístico, mas sua atuação não deve ser isolada ela depende de uma relação colaborativa com os professores, especialmente na construção de estratégias de ensino que considerem a visualidade como recurso principal para alunos surdos.

Buscou-se também compreender como a intérprete percebe a atuação da gestão frente às suas demandas e necessidades profissionais. E conforme relatado pela intérprete, a

resposta foi: "Sim, há apoio institucional. Sempre que solicitamos intérprete, somos atendidos, pois, na escola toda, há seis surdos, só na minha sala, são quatro. Então, há essa atenção. Além disso, quando solicito materiais e outros recursos, também sou atendida." (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025).

A fala da intérprete notabiliza uma percepção positiva em relação ao apoio institucional, indicando que a gestão escolar tem respondido às demandas relacionadas à presença do profissional intérprete e à disponibilização de recursos didáticos. Segundo Quadros (2004), o apoio da gestão escolar é fundamental para a efetivação da inclusão do estudante surdo, especialmente no que se refere à valorização do trabalho do intérprete e à garantia de condições adequadas para o exercício da mediação linguística.

Embora a realidade de muitos contextos educacionais aponte para a negligência com as necessidades desse profissional, neste caso específico, percebe-se uma postura colaborativa da instituição. Isso pode ser compreendido como um indicador de reconhecimento da importância da acessibilidade linguística no ambiente escolar, conforme orienta o Decreto nº 5.626/2005, que destaca a obrigatoriedade da presença do intérprete de Libras nos sistemas de ensino como uma medida de promoção da equidade no acesso ao currículo. O apoio pontual, ainda que importante, precisa ser acompanhado de ações estruturais para garantir uma mediação de qualidade e uma educação verdadeiramente bilíngue.

Para compreender melhor as dinâmicas de interação em sala de aula inclusiva, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é fundamental investigar como se dá a convivência entre estudantes surdos e ouvintes. Nesse contexto, buscou-se compreender como os alunos ouvintes se relacionam com os estudantes surdos e se há, de fato, uma integração entre eles. E como identificado em sua fala:

Os surdos e ouvintes na escola se relacionam muito bem; há interação tanto em sala de aula quanto nos intervalos. Além disso, os ouvintes demonstram interesse em aprender Libras. Frequentemente perguntam sobre sinais e querem saber o que os surdos estão conversando. Eles realizam trabalhos em grupo sem nenhum tipo de preconceito. Nunca fui chamada para resolver situações de opressão contra estudantes surdos na escola em que trabalho. No máximo, surgem dúvidas sobre sinais em Libras. (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025)

A resposta aponta para uma realidade positiva de convivência e integração entre estudantes surdos e ouvintes no contexto da EJA, o que pode ser compreendido como um indicativo de um ambiente escolar inclusivo. O relato reforça a ideia de que a convivência cotidiana pode promover atitudes positivas em relação à diferença. Conforme Skliar (1998), o contato real com a diversidade linguística e cultural dos surdos contribui para a desconstrução

de estigmas e para a construção de uma convivência baseada no respeito mútuo.

Entretanto, vale destacar que a ausência de conflitos não deve ser o único indicador de inclusão. A integração verdadeira pressupõe também o acesso ao currículo de forma equitativa, o que requer que as interações não se limitem apenas ao social, mas também à aprendizagem colaborativa e ao reconhecimento da singularidade linguística dos surdos.

Para compreender de forma mais ampla a atuação do intérprete na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é essencial considerar não apenas as práticas cotidianas, mas também os desafios enfrentados por esses profissionais no contexto escolar. Com o objetivo de conhecer as dificuldades enfrentadas por esses profissionais em seu cotidiano, indagou-se quais os principais desafios que a profissional enfrentava no exercício da sua função na EJA, e em sua resposta foi muito consistente quando relata que: “Os principais desafios são os surdos chegarem na EJA. São surdos adultos que não sabem libras, não são alfabetizado nem na libras nem no português. Em relação a própria EJA é por se tratar de um modalidade não bilíngue para surdos.” (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025). A resposta aponta para um ponto crucial frequentemente negligenciado nas políticas públicas e na organização da EJA: a chegada tardia de sujeitos surdos à escolarização formal, frequentemente com defasagens significativas tanto na Língua Brasileira de Sinais (Libras) quanto na língua portuguesa. Isso corrobora o que Quadros (2004) e Karnopp (2012) já discutem ao apontarem que o acesso à Libras, em muitos casos, ocorre tardiamente, comprometendo o desenvolvimento linguístico pleno e, conseqüentemente, o processo de alfabetização e letramento desses sujeitos.

A intérprete também aponta como desafio o fato de a EJA não ser uma modalidade bilíngue, o que está em dissonância com o que estabelece a Lei nº 14.191/2021, que reconhece a educação bilíngue de surdos como modalidade específica. Ainda assim, conforme Silva (2020), a implementação dessa modalidade enfrenta entraves, especialmente na educação de jovens e adultos, onde a estrutura curricular e pedagógica ainda é pensada prioritariamente para alunos ouvintes.

Portanto, o depoimento da intérprete chama a atenção para uma problemática mais ampla: a exclusão histórica e linguística de pessoas surdas adultas, e os limites de uma EJA que ainda não contempla plenamente a perspectiva bilíngue. Isso reforça a necessidade de políticas intersetoriais que garantam o acesso à Libras desde os primeiros anos de vida e de formação continuada para os profissionais que atuam na EJA com alunos surdos.

Para encerrar a entrevista, buscou-se obter orientações que possam contribuir com a formação e atuação de novos profissionais que pretendem atuar no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). E o direcionamento foi:

Os intérpretes educacionais de Libras precisam, sim, realizar cursos de Libras e cursos de formação específicos para intérpretes. No entanto, apenas isso não é suficiente. O contato com a comunidade surda é essencial. É importante que frequentem associações de surdos para que possam compreender mais profundamente a cultura e a identidade surda. Além disso, é fundamental realizar leituras sobre a Educação Bilíngue para Surdos e desenvolver, na escola, ações de esclarecimento sobre o que é a Libras. O intérprete também deve colaborar ativamente para a redução das barreiras comunicacionais e dos estigmas em torno da pessoa surda. Outro ponto importante é dedicar-se à pedagogia visual, colocando em prática estratégias que valorizem esse tipo de abordagem. É necessário manter-se atualizado, compartilhar experiências com colegas intérpretes, respeitando suas escolhas e as diferentes formas de atuação com os estudantes surdos. Por fim, é essencial manter uma postura de constante aprendizado: ler, escutar, observar e buscar aprimoramento contínuo. (INTÉRPRETE DE LIBRAS, 2025)

A resposta apresenta uma compreensão profunda e sensível das competências necessárias para o exercício qualificado da interpretação educacional em contextos inclusivos e bilíngues, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O incentivo à frequência em associações de surdos e à valorização da cultura e identidade surda está em consonância com a perspectiva da Educação Bilíngue para Surdos, conforme reconhecida legalmente pela Lei nº 14.191/2021. Essa vivência permite ao intérprete compreender não só a língua, mas também o contexto social e histórico dos sujeitos surdos.

A atuação do intérprete como agente de esclarecimento sobre Libras e a surdez dentro da escola é destacada como parte de sua contribuição para a quebra de barreiras comunicacionais e estigmas sociais um aspecto também abordado por Skliar (1998), ao defender a surdez como uma diferença cultural e não como déficit. A resposta enfatiza um posicionamento crítico e construtivo da intérprete, que vai além da técnica e abrange aspectos éticos, pedagógicos, sociais e culturais fundamentais à atuação qualificada na EJA. O conselho dado aos iniciantes é, portanto, um convite à formação integral técnica, cultural e humana no exercício da mediação linguística e cultural para estudantes surdos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a atuação do intérprete educacional de Libras na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é atravessada por múltiplas especificidades, exigindo não apenas domínio técnico da língua de sinais, mas também sensibilidade pedagógica, conhecimento da cultura surda e articulação com os diversos agentes escolares.

As respostas analisadas notabilizam que, embora ainda haja limitações estruturais, como a falta de uma proposta bilíngue consolidada e a carência de materiais didáticos específicos, a prática profissional é marcada pelo esforço contínuo de adaptação, mediação e construção de estratégias que favoreçam a inclusão dos estudantes surdos.

Observa-se também um ambiente escolar relativamente receptivo, com destaque para o apoio da gestão e a interação positiva entre alunos surdos e ouvintes. Além disso, a atuação do intérprete ultrapassa os limites da sala de aula, estendendo-se à promoção da cultura surda, ao enfrentamento de estigmas e à orientação de novos profissionais. Tais elementos apontam para a necessidade de investimento em políticas educacionais que reconheçam a complexidade do trabalho do intérprete na EJA, garantindo formação continuada, condições de trabalho adequadas e o fortalecimento de práticas pedagógicas alinhadas à educação bilíngue para surdos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educação de jovens e adultos: uma perspectiva crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 148, p. 1, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

COSTA, Maria Helena da. A atuação do intérprete de Libras na inclusão escolar: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FERNANDES, Eulália. O sujeito surdo e a educação bilíngue. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FERNANDES, Eulália. Intérprete educacional de Libras: atuação e desafios. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

KARNOPP, Lilian Brichta. Educação de surdos: linguagem e diferença. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KARNOPP, Lodenir Becker. Aquisição da língua de sinais: aspectos linguísticos e pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Formação e atuação do intérprete educacional de Libras: políticas e práticas. In: LODI, Ana Carolina (org.). Intérprete educacional de Libras: interfaces com a educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 45–64.

MOURA, Maria Cecília R. de. O tradutor e intérprete de língua de sinais e sua prática pedagógica. In: MOURA, Maria Cecília R. de (org.). Interpretação da Libras: formação e atuação profissional. Brasília: MEC/SEESP, 2010. p. 103–122.

PAIVA, V. O ensino na educação de jovens e adultos: desafios e perspectivas. Campinas: Papirus, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Maria Helena. O intérprete de Língua de Sinais: um profissional da educação. Porto Alegre: Mediação, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Denise Lopes da. Educação bilíngue e a EJA: desafios na inclusão de surdos adultos. Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 217–234, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32890>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Luciana. Formação de intérpretes de Libras e desafios na prática educacional. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Anexos do trabalho



https://drive.google.com/drive/folders/1MgmwmJHp_Lbrlb50zV5Lje5e1HTyLlcE?usp=share_link

Obs.: O link ou QR Code contém o roteiro da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).